



César Borges
vai presidir
Subcomissão da
Dívida Pública

Página 5



Mestrinho questiona
cancelamento
de emendas
parlamentares

Página 5



Rosavel Pinheiro

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.762 - Brasília, sexta-feira, 15 de agosto de 2003

Denúncias sobre Fome Zero geram debate

Heráclito Fortes cita reportagem do *Correio Braziliense* denunciando supostas irregularidades no programa Fome Zero. Tião Viana e Amir Lando dizem que governo não teme apuração e tem compromisso com lisura.

Página 4

Senado lembra centenário de Dinarte Mariz

Por iniciativa dos três senadores do Rio Grande do Norte, o Plenário homenageou ontem o centenário de nascimento de Dinarte Mariz. Homem público por 50 anos, Mariz era senador ao falecer, em 1984.

Página 6

CRE vai apurar incidente com avião francês

Comissão de Relações Exteriores (CRE) decidiu realizar audiência pública com os ministros da Defesa e da Justiça e os embaixadores da Colômbia e da França, para esclarecer pouso de avião francês em Manaus.

Página 7



Mércia Kalume

Ex-banqueiro acusa BC de encobrir irregularidades com contas CC-5

O ex-dono do Banco Araucária, Alberto Dalcanale, prestou depoimento ontem à CPI do Banestado (foto). Ele afirmou que o Banco Central usou o Araucária para encobrir operações irregulares de instituições maiores.

Página 3

Congresso aprova mais de R\$ 1 bi para área social

- Ministério do Trabalho receberá R\$ 479,2 milhões e Ministério da Ação Social terá R\$ 685,6 milhões

O Congresso Nacional aprovou ontem à noite a abertura de créditos suplementares para diversos órgãos do governo, sendo R\$ 1,166 bilhão destinado a ações de caráter social. Desse total, o Ministério do Trabalho e Emprego receberá R\$ 479,2 milhões para a continuidade do pagamento do abono salarial e do seguro-desemprego aos pescadores artesanais, e o Ministério da Ação Social contará com R\$ 685,6 milhões para manter os benefícios a idosos e portadores de deficiência. Para os demais órgãos, foram aprovados créditos no total de R\$ 1,219 bilhão.

Página 3



José Cruz

Mudança em fila de transplante pode ser proibida

A Comissão de Assuntos Sociais (foto) aprovou ontem emendas ao projeto que proíbe alteração da ordem dos nomes na lista única de espera por transplante. O projeto vai agora à análise do Plenário.

Página 8



PRÊMIO Demostenes destacou que Gilberto Mendonça Teles foi eleito Intelectual do Ano

Demostenes: voto de aplauso a poeta goiano

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) sugeriu ontem que o Senado registre voto de aplauso ao poeta Gilberto Mendonça Teles. O intelectual goiano, informou o parlamentar, acaba de ser eleito Intelectual do Ano, em concurso nacional da União Brasileira de Escritores, em parceria com o jornal *Folha de S. Paulo*.

É um prêmio merecido, conforme Demostenes, que destacou a qualidade da produção do homenageado, autor de cerca de 50 livros, entre poemas, ensaios e co-autorias. Aos 72 anos, aposentado de duas universidades, o poeta continua lecionando.

Embora tenha recebido aplausos populares e acadêmicos, lembrou, Gilberto Mendonça Teles ainda não obteve do mercado e do poder público o reconhecimento a que sua produção faz jus. O senador fez apelo ao presidente do Senado, José Sarney, no sentido de que contribua para que Teles seja eleito para a Academia Brasileira de Letras.

Duplicidade na fiscalização de contas pode ser extinta

■ Plenário examina proposta que acaba com tribunais e conselhos existentes em quatro estados

O Senado realizou ontem a terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC 36/1999) que determina a incorporação e a transferência das atribuições dos tribunais e conselhos de contas dos municípios aos tribunais de contas dos estados. A proposta, de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), extingue tribunais e conselhos em Goiás, no



DISTORÇÃO Para Maguito, órgãos têm sido foco de irregularidades e nepotismo

Ceará, na Bahia e no Pará.

Maguito disse que as funções de fiscalização das contas municipais podem perfeitamente ser absorvidas pelos tribunais de contas estaduais.

Fotos: Roosevelt Pinheiro

– Por que esses quatro estados precisam ter dois tribunais com as mesmas funções? Isso é inconcebível em um país com tantas dificuldades – afirmou.

O senador disse ainda que os tribunais e conselhos de contas municipais têm exercido funções de forma distorcida, além de serem focos de repetidas irregularidades.

– O que há é o nepotismo desbragado. E mais, servem para governadores chantagearem prefeitos com intervenções – assinalou.

A proposta recebeu apoio dos senadores Tião Viana (PT-AC), Ney Suassuna (PMDB-PB), Heráclito Fortes (PFL-PI) e Amir Lando (PMDB-RO).



CRISE Mozarildo observou que passaram pela fundação 30 presidentes, em 35 anos

Mozarildo quer índio para dirigir Funai

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) sugeriu ao presidente Lula que aproveite o pedido de demissão do atual presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Eduardo Aguiar de Almeida, e coloque no cargo “um índio legítimo”. Mozarildo propôs nomes, inclusive o de Marcos Terena, “que tem curso superior e está terminando o mestrado”.

– Esse senhor, que não teve competência para conduzir a Funai, ainda sai fazendo declarações contra os senadores Romero Jucá e Antonio Carlos Magalhães. Ele afirma, em notícia na *Folha de S. Paulo* de ontem, que os dois pressionaram por sua demissão. Isso é muito sério – disse.

Ao defender um índio para a Funai, Mozarildo observou que o órgão “vive em crise permanente”, pois teve 30 presidentes em 35 anos. Ele ressaltou que os vários dirigentes da fundação se preocuparam “muito mais em aumentar as terras dos índios do que cuidar deles”.

– Por lá já passaram economistas, indigenistas, jornalistas, militares. Por que não um índio? Além do Marcos Terena, temos o índio Orlando Justino, secretário de Assuntos Indígenas de Roraima – acrescentou.

A proposta recebeu apoio de Augusto Botelho (PDT-RR), que, no entanto, alertou para problemas que surgiriam por causa das várias etnias indígenas do Brasil. Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) ressaltou que apoiava o desagravo de Mozarildo aos senadores citados pelo presidente da Funai. João Capiberibe (PSB-AP) concordou com a sugestão de um índio na Funai, e Jonas Pinheiro (PFL-MT) lamentou conflitos entre índios e fazendeiros.

Agenda



Sessão plenária tem início às 9h

A sessão de hoje, às 9h, e a de segunda-feira, às 14h30, são dedicadas a comunicados da Mesa e a pronunciamentos, não havendo votação de matérias. Na terça-feira, consta da pauta o PLS nº 117/00, que concede à Justiça comum competência para julgar crimes de tortura praticados por militares.

Reforma agrária em debate na TV Senado

O programa *Cidadania*, exibido pela TV Senado, recebe hoje, às 13h, o senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) e o presidente da Associação Brasileira da Reforma Agrária, Gerson Teixeira,

para debaterem a forma mais adequada para se resolver a questão fundiária no país. Amanhã, às 17h, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) fala sobre a comercialização do milho no país.



Reunião da CPI do Banestado

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado reúne-se hoje, às 9h, para ouvir a exposição de Silvío Antonio Marques, promotor de Justiça do Paraná, e do diretor financeiro da construtora Mendes Júnior, Simeão Damasceno de Oliveira.

Semana de Software Livre

Na próxima semana, de terça a sexta-feira, será realizada no Congresso Nacional a “Semana de Software Livre no Legislativo”, que discutirá aplicações e efeitos do uso de programas de computador abertos no Brasil.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Sliessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Nelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



PAIXÕES Augusto Botelho lamenta que debate seja feito "de forma apaixonada"

Augusto teme pelo futuro da Previdência

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) lamentou em discurso que a forma apaixonada como vêm sendo discutidas as mudanças na Previdência esteja levando o Congresso a ignorar as consequências que podem, a médio e longo prazos, inviabilizar o novo sistema em debate. Ele enumerou vários problemas para a previdência do funcionalismo e disse que tem havido confusão entre direitos e privilégios.

Um deles é a fixação de aposentadorias que não correspondem às contribuições desembolsadas pelo beneficiário e pelo empregador. Não há uma correlação entre o valor da aposentadoria com a expectativa de vida no momento em que ela é concedida. Além disso, o tratamento que passará a ser dado ao servidor não é o mesmo dado ao trabalhador privado.

Conforme o senador Augusto Botelho, o novo sistema não tem respaldo atuarial. Ele deu como exemplo o caso da pensão do serviço público, que estará limitada a 70% do que ultrapassar R\$ 2.400, dizendo que não há sequer um estudo sobre a expectativa de vida do pensionista no momento em que ele passa a receber o benefício.

– Se o novo sistema falhar, todo o ônus recairá sobre o trabalhador e, por contágio, sobre o Estado. Levanto essas dúvidas para motivar os senadores a reestudarem profundamente o sistema previdenciário.

Para Augusto Botelho, uma Previdência mais justa teria sistema único (setor privado e funcionalismo); contas individuais remuneradas pela CEF em 3% mais TR; contribuição sobre todo o salário do empregado (10% do empregado e 15% do patrão); tempo de contribuição mínimo de 35 anos para homem e mulher; idade mínima para aposentadoria de 60 anos (homem e mulher).

Brasil luta pela marca "cupuaçu", diz Capiberibe

Com base em dados obtidos junto ao Itamaraty, o senador João Capiberibe (PSB-AP) informou o Plenário ontem sobre as medidas tomadas pelo governo brasileiro para cancelar o registro da marca "cupuaçu" pela empresa japonesa Asahi Foods.

Capiberibe disse que a embaixada brasileira notificou o Ministério dos Negócios Estrangeiros japonês e o Escritório Japonês de Marcas e Patentes para esclarecer por que o cupuaçu não poderia ser

utilizado como signo de marca. Para invalidar os registros efetuados da marca cupuaçu, foi necessário contratar advogados especializados em legislação japonesa de propriedade intelectual, tendo sido escolhida a firma Baker & Mackenzie, relatou Capiberibe, que consideraram "pouco profissional" a argumentação usada pela Asahi Foods para defender seu registro. A empresa afirma que teve de registrar o cupuaçu no próprio nome para "compensar os investi-

mentos realizados no desenvolvimento e comercialização de produtos comestíveis derivados do fruto da Amazônia".

Em reunião na quarta-feira entre o presidente da Cupuaçu International, firma gêmea da Asahi Foods, e o secretário de Indústria, Comércio e Mineração do Pará, Ramiro Bentes, a empresa teria se comprometido a não recorrer de uma ação do governo que pede o repatriamento da marca, completou o senador.



DEFESA Capiberibe diz que Brasil contratou escritório de advocacia no Japão

Congresso aprova R\$ 1,1 bi para abono salarial e seguro-desemprego

■ Aprovação de créditos suplementares vai beneficiar Ministérios do Trabalho e da Assistência Social

O Congresso aprovou na noite de ontem crédito suplementar no valor de R\$ 1,166 bilhão para os Ministérios do Trabalho e Emprego e da Assistência Social. São R\$ 479,2 milhões para custear a continuidade do pagamento do abono salarial e do seguro-desemprego aos pescadores artesanais.

Para o Ministério da Ação Social, serão R\$ 685,6 milhões para a continuidade do pagamento de benefícios às pesso-



DEFESA Amir Lando defendeu trabalho da Comissão de Orçamento, que poderá autorizar em caráter terminativo verbas para obras

as idosas e portadoras de deficiência. Também foram aprovados créditos no valor de R\$

1,219 bilhão para diversos ministérios.

O Congresso aprovou ainda

projeto de resolução que permite a votação em caráter terminativo (sem a necessidade de análise pelo Plenário) pela Comissão Mista de Orçamento de projetos que autorizem dotações para obras com suspeita de irregularidades.

O senador Amir Lando (PMDB-RO), líder do governo no Congresso, ressaltou o caráter técnico do trabalho da comissão e a capacidade que ela tem para avaliar projetos dessa natureza.

– A Comissão Mista de Orçamento é uma comissão representativa, síntese do Congresso Nacional, e sobretudo técnica, que trata as matérias com rigor. Lá os partidos não falam mais alto que os interesses dos representados – salientou.

CPI DO BANESTADO

Ex-dono do Araucária diz que foi vítima do Banco Central

O ex-dono do Banco Araucária, Alberto Dalcanale, disse à CPI do Banestado que não fez qualquer gestão política visando obter a permissão do Banco Central (BC) para operar contas CC-5 e receber depósitos em dinheiro procedentes da cidade paraguaia de Ciudad del Este. O Banco Araucária foi liquidado pelo Banco Central em dezembro de 2002, e Dalcanale atribuiu a falência a uma campanha da imprensa, que teria espalhado boatos sobre a falta de liquidez da instituição.

Dalcanale disse também que tem a certeza de que o BC "usou" o Araucária para encobrir operações irregulares dos outros quatro bancos que ope-

ravam em Foz do Iguaçu: o Bemge, o Banco do Brasil, o Banestado e o Real. "Meu banco, que era um banco menor, foi usado para desviar o foco das atenções e das investigações dos outros bancos, que em tese eram mais importantes", afirmou Dalcanale.

O ex-banqueiro garantiu ainda que o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) nunca teve conta CC-5 ou qualquer outro tipo de conta bancária ou movimentação financeira no Banco Araucária, respondendo a perguntas das senadoras Ideli Salvatti (PT-SC) e Serys Silhesarenko (PT-MT). Alberto Dalcanale é sobrinho da mulher do empresário Paulo Bornhausen,

irmão do senador Jorge Bornhausen.

Serys perguntou se o senador Bornhausen teria movimentado dinheiro por contas CC-5 no Araucária. Heráclito Fortes (PFL-PI) protestou e apresentou atestado do Banco Central que comprova que Jorge Bornhausen nunca movimentou dinheiro pelo Araucária, afirmando que "estão querendo atirar lama sobre um homem honrado, querem transformar esta CPI em joguete para atingir a honra do senador Bornhausen, é uma questão paroquial, partidária e não honra esta CPI".

Ideli Salvatti perguntou se em



DIFAMAÇÃO Alberto Dalcanale (D) atribuiu falência do banco a campanha da imprensa

algum momento o fato de ser parente do senador ajudou Dalcanale a transformar uma financeira pequena, como a Araucária, em um banco múltiplo, e a obter a licença especial do Banco Central para operar contas CC-5 a partir de Foz do Iguaçu. Alberto Dalcanale respondeu que nunca houve qualquer gestão de Jorge Bornhausen e que o parentesco prejudicou o banco, porque o transformou em alvo dos inimigos políticos do senador.

Denúncia de irregularidades no Fome Zero provoca debate

Heráclito cita reportagem do *Correio Braziliense*. Viana e Lando defendem lisura do governo

Reportagem sobre possíveis irregularidades no programa Fome Zero, publicada no jornal *Correio Braziliense* de ontem, provocou intenso debate entre os senadores. O tema foi levantado pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI), que citou a reportagem segundo a qual o governo não pagou bolsas para professores vinculados ao programa, apesar de os profissionais terem emitido recibo para pagamento.

Heráclito criticou a Controladoria Geral da União, responsável pela apuração de irregu-



ALVO POLÍTICO Heráclito Fortes diz que Controladoria não fiscaliza de forma isenta

laridades envolvendo recursos federais, e disse que o órgão representa uma espécie de terceiro tribunal de contas. O senador atacou o sistema de escolha – por meio de sorteio – das prefeituras objeto de fiscalização pela Controladoria.

– A possibilidade de fiscalizar



TRANSPARÊNCIA Segundo Tião Viana, quem administra tem que estar aberto à fiscalização

um prefeito do PT no Piauí é zero, porque não há prefeituras do partido no Piauí. Isso só existe para expor os maiores partidos do país. Temos um órgão que não fiscaliza de forma isenta, mas política. Um massacre está sendo feito contra os maiores partidos – afirmou.

O líder do PT, Tião Viana (AC), garantiu a lisura dos procedimentos da Controladoria. Ele sugeriu que Heráclito fizesse uma denúncia formal sobre as supostas irregularidades.

– O ministro Waldir Pires age à altura das suas responsabilidades. Quem administra as cidades tem que estar aberto à fiscalização, doa a quem doer – ressaltou.

O senador Amir Lando (PMDB-RO) garantiu que a Controladoria fará a apuração do episódio, sobre o qual, salientou, pairam até agora apenas suspeitas.

– O governo não tem medo de apuração, mas um compromisso com a lisura e a ética. Com absoluta certeza o governo vai apurar, mas até agora não há nenhuma prova de desvio – disse Lando, líder do governo no Congresso Nacional.

Acordo com FMI deve ser revisto, diz Ideli

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) pediu ontem a revisão das cláusulas do acordo assinado entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI), por entender que estão asfixiando o país. De acordo com ela, qualquer tentativa dos países do Mercosul de ampliar sua política de integração para incluir outros países latino-americanos também passa pela revisão dos acordos assinados com o Fundo.

Ideli aconselhou o governo Lula a acompanhar com muita atenção as novas cláusulas que o presidente da Argentina, Néstor Kirchner, está negociando com o FMI, para verificar se são adequadas ao Brasil, que inicia nova rodada de negociações com o Fundo em setembro.

Segundo a senadora, em seminário a que compareceu em Montevidéu (Uruguai), sobre o tema “Mercosul, uma visão da esquerda”, todos falaram da futura integração entre os países do Mercosul e do Pacto Andino para construir patamares de negociação com blocos comerciais como a União Européia, bem como com países gigantes, como a China e a Índia.

Ela comentou declarações do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, sobre a política de financiar saídas do Brasil para o Caribe, com a Venezuela, e para o Pacífico, com a Bolívia. A idéia é alocar financiamentos para estradas nesses países, desde que utilizem empresas brasileiras nas obras. Ideli ressaltou que toda política brasileira de desenvolvimento sempre fluiu para o Atlântico e que, se o país quiser construir uma nova malha de integração, precisará abrir caminhos em direção ao Pacífico e à América Central.

Em aparte, Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que o Brasil decidiu conquistar a costa oeste, não mais pela força, como pretendia em épocas anteriores, mas pelo dinamismo das trocas comerciais. Também em apartes, Eurípedes Camargo (PT-DF) e Delcídio Amaral (PT-MS) afirmaram ser fundamental fortalecer o Mercosul.



Ideli prega fortalecimento da integração

Efraim Morais pede investigação à CFC

O senador Efraim Morais (PFL-PB) vai apresentar requerimento à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) para que seja investigada denúncia, publicada ontem pelo *Correio Braziliense*, de que alunos e professores do programa Analfabetismo Zero teriam assinado recibos sem que o dinheiro fosse efetivamente pago.

Efraim quer que a CFC inves-

tigue também a informação do jornal de que o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, apesar de dever R\$ 100 mil a professores e alunos de Guaribas e Acauã, já pagou R\$ 24 milhões em salários de técnicos do Fome Zero.

– Minha preocupação não é criticar o Fome Zero. O que desejo é maior transparência –

afirmou Efraim.

A intenção inicial de Efraim era pedir que a Controladoria Geral da União promovesse uma investigação no programa Analfabetismo Zero. Esse pedido foi endossado pelo senador João Capiberibe (PSB-AP). A sugestão de apresentar requerimento à CFC foi do próprio presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB).



OBJETIVO Para Efraim Morais, procedimentos do programa devem ser claros

GOVERNO LULA

Virgílio afirma que país vive “oito meses de marasmo”

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), fez ontem críticas ao governo Lula, afirmando que o país vive “oito meses de marasmo e incompetência”. O senador reconheceu que o governo tem sido sério, “mas equivocado na política macroeconômica, pouco lúcido na política microeconômica e inexistente na hora de governar”.

Virgílio manifestou temor de fuga dos investimentos estrangeiros, que este ano não devem chegar a US\$ 7 bilhões, contra



Virgílio critica equívocos na política econômica

US\$ 14 bilhões no ano passado, que, segundo disse, já representaram “um patamar medíocre”.

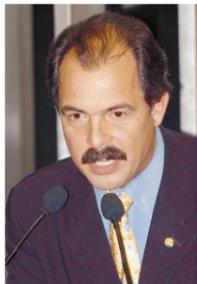
Ele também lamentou a pequena queda da taxa de juros, inferior às expectativas do mercado e dos setores produtivos, e acusou o governo de “açoitar as agências regulado-

ras, querendo se sobrepor aos interesses do Estado”. Isso, frisou, está levando a “um processo de desinvestimento”, com empresas se deslocando do país “devido à incerteza”.

Mercadante lamenta análise “apressada” e aponta avanços

Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo no Senado, rebateu o discurso “exigente, duro, implacável” do líder do PSDB, Arthur Virgílio, sobre os oito meses do governo Lula. Ele tachou a análise do ex-líder do governo Fernando Henrique de “apressada” e disse não ter visto tal eloquência quando, na gestão passada, a taxa de juros chegou a 45% ao ano e a dívida pública saltou de R\$ 64 bilhões para R\$ 850 bilhões.

Mercadante indagou onde



Mercadante quer humildade para reconhecer êxitos

estava Virgílio nos últimos anos que não sugeriu a redução dos juros ou contestou o aumento do endividamento público e a venda de estatais.

– É preciso humildade para reconhecer êxitos e avanços deste governo – disse, passando a relacionar conquistas obtidas desde janeiro.

O senador destacou, entre outros pontos, o crescimento de 24% nas exportações, o aumento de 23% na safra e os US\$ 23 bilhões de saldo positivo no agronegócio.



Waldemir Rodrigues

ACOMPANHAMENTO Colegiado, que terá Fernando Bezerra como vice-presidente, analisará as dificuldades financeiras dos estados

César Borges presidirá Subcomissão da Dívida

O senador César Borges (PFL-BA) foi eleito ontem presidente da Subcomissão Temporária da Dívida Pública, subordinada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Na mesma reunião, ficou decidido que o senador Fernando Bezerra (PTB-RN) será o vice-presidente da subcomissão. Os dois nomes foram aprovados por unanimidade.

A subcomissão temporária foi criada a partir de requerimento de autoria do senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Segundo disse, o objetivo é acompanhar a evolução da dívida pública dos estados e propor alternativas legais capazes de reverter o quadro deficitário que hoje afeta a quase totalidade das unidades federativas.

– Apesar dos avanços introduzidos nas contas públicas a

partir da Lei de Responsabilidade Fiscal, são inegáveis as enormes dificuldades enfrentadas pelos governos estaduais para honrar as suas dívidas – afirmou Suassuna no requerimento. “A continuar a vigor os percentuais de pagamento estabelecidos pelas resoluções do Senado que tratam da matéria e os critérios conceituais para definição da receita líquida, a insolvência será inevitável”, prevê o senador.

A subcomissão terá nove titulares e igual número de suplentes. Os titulares são os senadores Roberto Saturnino (PT-RJ), Fernando Bezerra, Delcídio Amaral (PT-MS), Ney Suassuna, Pedro Simon (PMDB-RS), César Borges, Paulo Octávio (PFL-DF), Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e João Batista Motta (PPS-ES).

Iniciativa pretende ajudar os estados, afirma Suassuna

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) anunciou ontem em Plenário a criação, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de subcomissão para analisar as dívidas dos estados e apresentar sugestões para o problema.

– Essa subcomissão vai olhar os estados com muito carinho, porque são a razão de ser do Senado, somos a Casa da Federação – ressaltou.

Ney Suassuna comunicou que foi indicado para o cargo de relator da subcomissão, que terá como presidente o senador César Borges e como vice o senador Fernando Bezerra. Segundo disse, os governadores serão convidados a apresentar a situação das dívidas dos seus estados.

O senador afirmou que quase todos os estados estão em situação pré-falimentar.

– O Rio de Janeiro precisa de R\$ 300 milhões para virar o mês – exemplificou. Suassuna afirmou ainda que os próprios par-



Roosevelt Pinheiro

PREOCUPAÇÃO Suassuna diz que endividamento dos estados é um “problema gravíssimo”

lamentares são responsáveis pela situação, por terem deixado o governo criar contribuições que hoje somam R\$ 110 bilhões e não são divididas com os estados. É o caso, lembrou, da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), que incide sobre combustíveis.

Para Ney Suassuna, endividamento dos estados é um problema “gravíssimo”.

Projetos que cancelam emendas causam polêmica

■ Executivo propõe nova destinação de recursos aprovados pelos parlamentares para o Orçamento deste ano



Célio Azevedo

RECURSOS Segundo Gilberto Mestrinho, governo quer tirar de um estado para dar a outro

Mestrinho, que os recursos serão usados para quitar pendências de 2001 incluídas em “restos a pagar”.

A decisão do governo de anular emendas está sendo considerada inédita e arbitrária por alguns integrantes da CMO. “Isso nunca aconteceu aqui nesta Casa”, afirmou Mestrinho. A falta de entendimento sobre a questão adiou mais uma vez a reunião ordinária prevista para ontem, que incluía dois projetos de lei que cancelam várias emendas.

Segundo Mestrinho, há seis projetos que anulam iniciativas

O cancelamento de emendas parlamentares ao Orçamento da União de 2003 proposto pelo Executivo em projetos que estão sendo examinados na Comissão Mista de Orçamento (CMO) provoca grande discussão entre os parlamentares que integram o colegiado, segundo seu presidente, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

Ele informou que, na reunião de líderes ocorrida ontem, ficou acertado que assessores dos Ministérios do Planejamento, da Saúde e dos Transportes serão ouvidos pela comissão na terça-feira da próxima semana para se encontrar uma “fórmula conciliatória” que atenda ao governo e evite o simples cancelamento das emendas.

O governo alega, conforme

de parlamentares aprovadas pelo Congresso e que abrem créditos suplementares e especiais, no total de R\$ 1,586 bilhão, em favor dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, das Cidades e das Relações Exteriores, além da Presidência da República. A maior parte desse montante vem do cancelamento de emendas.

Mestrinho explicou que estão sendo retirados recursos de alguns estados e municípios para dar a outros, o que complica o fechamento de acordo com o governo.

Petrobras

O senador informou que está prevista para terça-feira audiência com o diretor-financeiro da Petrobras, José Sérgio Gabrielli de Azevedo. Ele será ouvido sobre a redefinição de prioridades de investimento das empresas que compõem o grupo, depois que a Petrobras incorporou sua subsidiária Petrobras Internacional S.A. (Braspetro) e incluiu nova subsidiária, a Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. (Epetro), na sua programação deste ano.

Estados exportadores perderão com a reforma tributária, alerta Delcídio

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) alertou para os possíveis prejuízos que serão impostos aos estados “exportadores líquidos”, cujas vendas de produtos para outros estados superam as compras, se for aprovada a reforma tributária prevista na Emenda à Constituição nº 41/2003. Ao estabelecer tratamento igual a estados e regiões efetivamente desiguais, disse, a reforma levará a uma maior concentração econômica nas Regiões Sul e Sudeste e, em consequência, a estagnação no desenvolvimento das demais.

A nova regulação prevista para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), “o ponto mais complexo da reforma”, seria responsável pelas distorções, afirmou. Pela proposta, as 27 diferentes alíquotas do ICMS existentes no país seriam substituídas por apenas cinco, proibindo-se a concessão de incentivos e benefícios fiscais vinculados ao imposto, ressalvadas as peque-

nas e as microempresas.

– Com essa proibição, os estados mais atrasados, sem a logística e a infra-estrutura das regiões mais desenvolvidas e sem qualquer instrumento fiscal, terão que disputar os investimentos privados com as regiões mais ricas e competitivas, que se desenvolveram graças aos fortes investimentos e incentivos federais acumulados através de séculos.

Mato Grosso do Sul

Delcídio considera que Mato Grosso do Sul será um dos estados que mais perderão receita com a reforma. Os prejuízos na arrecadação do ICMS devem se concentrar na produção de alimentos da cesta básica, nos setores de combustíveis e de comunicações e na aquisição de insumos agropecuários e equipamentos industriais.

– Mato Grosso do Sul perderá mais de R\$ 400 milhões ao ano, ou aproximadamente 25% da sua arrecadação do ICMS – alertou.

O senador petista propôs al-



Roosevelt Pinheiro

CONTROVÉRSIA Para Delcídio, novas regras para o ICMS estão entre os pontos mais polêmicos

gumas medidas para atenuar a perda de receita tributária: criar um fundo de compensação para os estados produtores de alimentos da cesta básica; tornar permanente a margem de aumento das alíquotas internas do imposto em até 5%; não tratar de forma diferenciada a repartição de receita do produto nacional e do importado nas importações; e incluir os insumos agropecuários na menor alíquota do ICMS, livrando os bens de capital da incidência do imposto.

Senado homenageia Dinarte Mariz

■ Importância do papel desempenhado pelo político potiguar na vida pública brasileira, em meio século, é exaltada pelos oradores

Lealdade e honestidade, firmeza de posições, apego à ética, habilidade para articular acordos e dedicação aos problemas do país, do Nordeste e do Rio Grande do Norte foram as qualidades de Dinarte Mariz destacadas ontem por senadores, durante homenagem prestada pela Casa ao ex-governador e ex-sena-



Foto: Arquivo

dor potiguar, pelo transcurso do centenário de seu nascimento. A homenagem foi requerida pelos três representantes do estado – José Agripino, Fernando Bezerra e Garibaldi Alves Filho. Dinarte Mariz, falecido em 1984, no exercício do mandato de senador, participou da vida pública nacional ao longo de 50 anos, tendo permanecido na Casa durante vários mandatos.

“Dele recebíamos sempre conselhos, informações, impressões”, afirmou José Sarney, que lembrou ser o último parlamentar que conviveu com Dinarte no Senado.

EFRAIM MORAIS



Roosevelt Pinheiro

Articulador de acordos e político leal

A firmeza de posições e a capacidade de articular acordos foram destacadas pelo senador Efraim Morais (PFL-PB) entre as qualidades que distinguem Dinarte Mariz. O senador também apontou o apego do representante potiguar aos valores da pátria e da família e sua solidariedade cristã.

Sempre dedicado à causa nordestina, segundo o parlamentar da Paraíba, Dinarte foi, por muitas vezes, relator de matérias relacionadas à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e à concessão de crédito para pecuaristas e produtores de açúcar e de algodão.

Efraim Morais lembrou que, durante meio século, Dinarte Mariz participou ativamente da vida pública brasileira, tendo exercido diversos mandatos de senador.

– Falava o que acreditava ser verdadeiro; não prometia o que não pretendia cumprir; comportava-se de maneira séria e honrada, coerente e dedicada. O conservadorismo nele sempre significou ideais verdadeiros, nunca o atraso ou má-fé, reacionarismo ignorante ou obscurantismo. Sempre foi difícil vencê-lo em debate aberto.

JOSÉ AGRIPINO

Defensor da honestidade e da ética

Em sua homenagem ao político potiguar, o senador José Agripino (PFL-RN) disse que foi Dinarte Mariz quem lhe ensinou a maior lição que aprendeu durante sua vida pública: “a de que é necessário agregar e somar para vencer uma eleição, mas, na hora de governar, fazê-lo ao lado daqueles nos quais confia do ponto de vista ideológico, ético e pessoal”.

– Meu maior patrimônio político não são as obras que fiz como governador do estado do Rio Grande do Norte por duas vezes, mas sim a probidade que o povo do meu estado entende que eu sou proprietário. E isso aprendi com Dinarte – afirmou o parlamentar.

José Agripino lembrou que ainda menino, com dez anos de idade, conheceu Dinarte Mariz, que era correligionário do seu pai, Tarcísio Maia.

Em aparte, o senador Marco Maciel (PFL-PE) afirmou que Dinarte Mariz foi um homem generoso que tinha como uma das principais características o amor à terra natal. Maciel declarou que, apesar de telúrico, o ex-senador demonstrava ter uma visão ampla do mundo e ajudou muito o Rio Grande do Norte e a Região Nordeste.



Roosevelt Pinheiro

GARIBALDI ALVES



Roosevelt Pinheiro

Confissão de adversário e admirador

Afirmando que, embora adversário político, foi admirador do homenageado, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse ter recolhido, ao longo da vida pública, testemunhos sobre a dimensão humana e política de Dinarte Mariz “que o ajudaram a fixar a imagem de um homem solidário e de um político servidor”. Garibaldi lembrou a divergência política entre o seu tio Aluísio Alves e Dinarte Mariz, “que os levou aos limites da inimizade pessoal”, e a reconciliação num encontro junto ao leito de morte do ex-senador, “onde o perdão recíproco sepultou 25 anos de inimizade”.

– Homem de palavra e de ação, hábil articulador e conversador exímio, sabia ouvir, ser solidário, e possuía o mais aguçado poder de conhecimento e decisão. Ouvi de todos que com ele conviveram mais de perto ter sido Dinarte Mariz homem sincero, leal e amigo – assinalou.

Garibaldi Alves destacou como “a grande obra de Dinarte Mariz” a criação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, implantada quando o ex-senador governou o estado, de 1956 a 1961.

JOSÉ SARNEY

Paixão pela política e pelo Brasil

Afirmando ser o último dos parlamentares que conviveram com Dinarte Mariz, o presidente do Senado, José Sarney, deu seu testemunho da ação política do ex-senador sempre em defesa do Brasil, do Nordeste e do Rio Grande do Norte.

Sarney disse que, na resistência heróica em defesa da solução dos problemas nordestinos, Dinarte olhava a política como uma paixão sem volta, de doação absoluta. Lembrou que ambos eram da UDN e integravam a corrente mais exaltada do partido liderado por Carlos Lacerda.

– Fomos estreitos amigos nesta Casa e na vivência da política, amizade essa que tenho o orgulho de dizer que se comunicou a seus filhos. Na pessoa do dr. Eduardo Mariz, quero cumprimentar a todos da família que se encontram neste Plenário – destacou.

José Sarney recordou sua chegada ao Senado Federal, em 1971, e o conselho que recebeu de Dinarte Mariz, observando que a linguagem do Senado não era a mesma da Câmara, e que a convivência dos senadores exige que se fale nos discursos aquilo que todos podem ouvir juntos.



Roosevelt Pinheiro

Bahia recebe livros editados em braile

Os senadores Antonio Carlos Magalhães, Rodolpho Tourinho e César Borges – todos do PFL da Bahia – participam amanhã da entrega de livros em braile, publicados pelo Senado, a quatro entidades baianas de assistência a deficientes visuais, durante a Bienal do Livro da Bahia.

Exemplares da Constituição de 1988, do Código de Defesa do Consumidor, do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e da Lei de Doações de Órgãos serão doados à Associação Baiana de Cegos; ao Instituto Brasileiro de Oftalmologia e Prevenção da Cegueira; ao Instituto de Cegos da Bahia; e ao Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual.

Os organizadores esperam a visita de aproximadamente 30 mil pessoas à bienal, que ficará aberta até o dia 24. O estande do Senado, uma das atrações do evento, terá também a exposição de documentos históricos e de livros de grande valor cultural e educacional editados pelo Conselho Editorial do Senado.

Entre os documentos, destacam-se o diploma e o termo de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Também estarão expostos o original da Lei Áurea; as cartas de renúncia dos presidentes Fernando Collor de Mello e Jânio Quadros.

Lançamentos

O Senado também lançará na bienal baiana três publicações técnicas e cinco obras de valor histórico, entre elas, *Ilusão Americana*, de Eduardo Prado, escrito logo após a Proclamação da República.

Outro lançamento é a terceira edição de *Conselho aos Governantes*, reunindo, em 841 páginas, textos de clássicos como Sócrates, Platão, Kautilya, Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Marquês de Pombal, Sebastião César de Menezes, dom Luís Cunha, Frederico da Prússia e dom Pedro II. A lista de lançamentos se completa com *Balmaceda*, de Joaquim Nabuco, que descreve os motivos que levaram o Chile a uma guerra civil a partir do governo do presidente José Manuel Balmaceda, nos anos de 1890 e 1891; *Ensaio e Estudos – Crítica e História – 2ª Série*, de Capistrano de Abreu; e *Missão Rondon*, que descreve as experiências da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso, em 1915, comandada pelo então coronel de engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon.

Comissão ouvirá ministros e embaixadores

Requerimentos aprovados convidam autoridades a explicar incidente com avião francês em Manaus

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem requerimentos do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), convidando os ministros da Defesa, José Viegas Filho, e da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e os embaixadores Jorge Enrique Garavito Durán (Colômbia) e Alain Rouquié (França) para uma audiência sobre a presença de aeronave francesa no aeroporto de Manaus (AM) e o deslocamento de franceses em território brasileiro até a fronteira com a Colômbia.

Reportagem da revista *Carta Capital* revelou que franceses passaram pelo território brasileiro em direção à fronteira



EXPLICAÇÕES Suplicy (E) disse que embaixador francês se dispôs a falar à CRE, mas em reunião fechada

para negociar com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) a libertação da ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, que tem cidadania francesa, refém da guerrilha.

A CRE já ouviu o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, sobre o assunto, mas Mozarildo disse que não se deu por satisfeito com as explicações do chanceler, nem com a atuação diplomática brasileira,

apesar de acreditar que não há razões no episódio para desencadear uma crise diplomática com a França.

Há fatos que, afetos às pastas da Justiça e da Defesa, escapam à competência das Relações Exteriores. A Polícia Federal apurou as circunstâncias do episódio. Os franceses atuaram em território nacional de maneira, no mínimo, suspeita. A CRE tem a obrigação de ouvir as autoridades sobre o caso

– afirmou Mozarildo, com o apoio do senador Jefferson Péres (PDT-AM).

O senador Gilberto Messtrinho (PMDB-AM) considera que Amorim foi "até certo ponto" convincente pelo aspecto diplomático da questão. Porém, ele se disse preocupado acerca da violação do território nacional por avião estrangeiro, supostamente carregado de armas de guerra, que seriam usadas em troca pela refém.

Carta protesta contra punição de nigeriana

Em atendimento a apelo da senadora Fátima Cleide (PT-RO), que pediu uma posição mais enfática das instituições brasileiras acerca da anunciada execução da nigeriana Amina Lawal, os membros da CRE decidiram ontem enviar, em caráter de urgência, carta ao

presidente da Nigéria, Olusegun Obasanjo, e ao embaixador nigeriano no Brasil, Josef Sookore Egbuson, protestando "com vigor" contra a condenação.

Um tribunal islâmico condenou a nigeriana Amina à morte por apedrejamento, por ter dado à luz uma criança enquanto estava divorciada. Pela Sharia (a lei islâmica em vigor na Nigéria), ter um filho fora do casamento é evidência para condenar uma mulher por adultério, crime passível de condenação à morte, prevista para daqui a 11 dias.

No texto a ser enviado, os senadores pedem esforços para que a Nigéria possa resolver o caso sem desrespeitar o sistema jurídico local, mas levando em consideração, em primeiro lugar, o direito à vida.

Senadores decidem realizar quatro audiências públicas para discutir a Alca

Os senadores da CRE definiram ontem que, pelo menos uma vez por mês, as reuniões serão dedicadas às discussões acerca das negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

O presidente da CRE, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), resolveu também indicar, por sugestão do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o senador João Capiberibe (PSB-AP) como relator dos assuntos relacionados à Alca na comissão e responsável pela organização do calendário e escolha de convidados para audiências públicas.

As decisões foram tomadas ao final da discussão do requerimento de Capiberibe que pedia a criação na CRE de subcomissão destinada ao exame das questões relativas à Alca. Em substituição a essa proposta, os membros da comissão aprovaram ainda requerimento de Suplicy que prevê a realização de quatro audiências públicas até outubro sobre o assunto.

Entre os convidados, o senador sugere audiência com o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, representantes dos de-



TEMA Capiberibe foi escolhido relator dos assuntos referentes à Alca na comissão

mais ministérios envolvidos nas negociações, empresários, trabalhadores e especialistas em integração econômica.

Capiberibe reclamou que as negociações com a Alca, que já se estendem por nove anos, têm participação quase exclusiva do Executivo, e o Parlamento limita-se a homologar as decisões do governo.

Há grande desconhecimento da sociedade brasileira acerca da Alca. O Parlamento precisa se envolver de forma mais profunda. O Senado precisa mobilizar a sociedade civil, patrões e empregados, para que todos entendam a inserção

brasileira no processo de globalização de mercados, esclarecendo o que o país tem a ganhar e a perder – defendeu Capiberibe, diante do compromisso de que a CRE vai tratar a Alca como tema predominante de sua agenda.

Suplicy ofereceu a Capiberibe toda a cooperação da CRE para a organização das audiências públicas, já que, na sua opinião, a Alca é um dos pontos mais relevantes na pauta da comissão, tendo em vista que os prazos para a sua constituição estão se aproximando.

A decisão da CRE de não criar mais uma subcomissão foi tomada após ponderações de Simon e do senador Marcelo Crivella (PL-RJ), vice-presidente do colegiado, de que há muitas subcomissões em funcionamento no Senado, o que tem se tornado uma dificuldade para o bom andamento dos trabalhos parlamentares. "Há um certo exagero na criação de subcomissões", disse Simon. "Há colegas que já estão em três ou quatro."

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) elogiou a iniciativa da CRE de tratar a Alca como prioridade, apesar de defender a criação da subcomissão.

Comissão vai homenagear Salvador Allende

A passagem do 95º aniversário de nascimento e do 30º aniversário de morte do ex-presidente do Chile Salvador Allende será lembrada pela CRE. A comissão aprovou ontem relatório do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), favorável a requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), pedindo que voto de homenagem pela passagem das datas seja inscrito em ata.

Allende, nascido em 26 de julho de 1908, foi eleito presidente em 4 setembro de 1970 e deposto por golpe militar em 11 de setembro de 1973, data em que faleceu no Palácio La Moneda. Para Suplicy, o tributo a Allende é também uma homenagem à democracia na América do Sul.

Allende é, nas palavras de Tourinho, um símbolo na sua "emblemática resistência pelos ideais democráticos". João Capiberibe (PSB-AP) lembrou que naqueles anos o Chile recebeu 5 mil brasileiros que fugiam do regime militar, entre eles o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, além do próprio Capiberibe e sua família.

Aprovado projeto que proíbe alteração na fila de transplante

■ Ordem dos nomes só poderá ser modificada nos casos em que o paciente esteja na iminência de óbito

Com o objetivo de dar condições de igualdade a todos os pacientes, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou parecer do senador Mão Santa (PMDB-PI) favorável às emendas apresentadas em Plenário pelo senador Tião Viana (PT-AC) ao Projeto de Lei da Câmara nº 34/2002, que proíbe a alteração da ordem dos nomes constantes da lista única de espera de transplantes. A exceção é para quem se encontra na iminência de óbito. O projeto retorna para análise do Plenário do Senado.

Para Mão Santa, a medida coíbe uma realidade dos pacientes que necessitam de transplante, principalmente o renal: "Só realiza o procedimento médico quem tem dinheiro". O projeto, afirmou, acaba com a figura do "fura-fila".

De acordo com as emendas de Tião Viana, o poder público deverá providenciar transporte e internação hospitalar em qualquer unidade disponível para os casos de transplante, a fim de que a ordem da lista de espera seja respeitada. Quem desobedecer os dispositivos legais estará sujeito a pena de detenção de dois a quatro anos.

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) sugeriu à presidente da CAS, Lúcia Vânia (PSDB-GO), que recomende ao Ministério da Saúde realização de campanha em favor da doação de órgãos. Augusto Botelho (PDT-RR) informou que, no Brasil, muitos órgãos em condições reais de serem transplantados são jogados fora.

A CAS também aprovou relatório da Subcomissão Temporária de Saúde que investigou a assistência aos pacientes renais crônicos. O texto, do senador Mão Santa, concluiu que essa assistência é um dos problemas mais sérios da saúde pública. O presidente da subcomissão, senador Papaléo Paes (PMDB-AP), ressaltou a importância do relatório.



DECISÃO Proposta acolhida pela Comissão de Assuntos Sociais retorna agora para o Plenário do Senado

Índice de vacinação pode ser critério para repasse de verbas

Foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2002, de autoria do senador Tião Viana (PT-AC), que propõe a inclusão de índices de cobertura vacinal entre os critérios para transferência de recursos federais aos estados, municípios e Distrito Federal. A matéria vai agora para análise da Câmara dos Deputados.

Tião Viana informou que o projeto, que acrescenta dispositivo à Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990), objetiva, principalmente, universalizar a imunização, que, conforme o senador, ainda não é plena no país, apesar da realização de campanhas nacionais de vacinação e da colocação de profissionais de imunologia à disposição da população na rede pública de saúde.



SAÚDE PÚBLICA Tião Viana disse que objetivo do projeto é universalizar a imunização

Comissão restringe propaganda de bebida alcoólica

Nenhuma criança ou adolescente poderá aparecer em propaganda de bebidas alcoólicas no rádio ou na televisão, conforme substitutivo do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) ao Projeto de Lei da Câmara nº 35/2000, aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A matéria segue agora para o Plenário.

O texto de Antero acata sugestão do projeto original para que sejam adotadas medidas punitivas aos estabelecimentos comerciais que não informarem, em painel ou cartaz, a proibição da venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos.

Pelo substitutivo, aprovado por unanimidade, as empresas que forem flagradas co-

metendo a infração serão punidas com 15 dias de suspensão em suas atividades e, se reincidentes, fechadas. Os proprietários ficarão impedidos de abrir novas empresas com atividades semelhantes.

Quanto à publicidade, o substitutivo proíbe que a propaganda seja dirigida aos menores. As peças publicitárias não poderão associar os produtos a sexualidade, êxito profissional ou ato de dirigir veículos. Fica permitida, porém, a colocação da marca ou *slogan* de bebidas em veículos de competição, estádios, pistas e palcos, sem recomendação de consumo.

Em resposta a Flávio Arns (PT-PR), que indagou por que o relator abrir exceção para produtos que contêm per-



PROIBIÇÃO Antero quer punição para quem vender bebida alcoólica a menores

centual de até 1% de álcool, Antero explicou que mesmo alguns refrigerantes e sucos contêm índices de 0,15% da substância. Os senadores Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) e Patrícia Saboya (PPS-CE) elogiaram o relatório de Antero Paes de Barros.

CAS realizará audiência sobre doença tropical

A pedido do senador Papaléo Paes (PMDB-AP), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou requerimento para realização de audiência pública sobre doenças tropicais. Serão convidados médicos e pesquisadores sanitários. Em outro requerimento aprovado, Papaléo solicita a realização de audiência sobre a implementação de nova política para os remédios genéricos.

A CAS também acolheu requerimento de Serys Slhessarenko (PT-MT) que acrescenta a participação de representantes do Conselho Federal de Medicina e da Associação Médica Brasileira no debate sobre projeto que define as ações de competência exclusiva dos profissionais de medicina.



Papaléo Paes solicitou o debate com médicos

Roupa íntima terá orientações sobre câncer

Os senadores da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovaram, por unanimidade, substitutivo da presidente do colegiado, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), ao Projeto de Lei da Câmara nº 88/2000, que obriga a inserção nas embalagens ou etiquetas de roupas íntimas – fabricadas ou apenas comercializadas no país – de orientações sobre a importância dos exames preventivos de câncer de mama, de colo do útero e de próstata.

A proposta, acolhida pela senadora Lúcia Vânia, é que calcinhas, sutiãs e cuecas para adultos contêm alertas sobre a necessidade de as pessoas realizarem, regularmente, esses exames. O objetivo da iniciativa é a prevenção e a detecção precoce de novos casos das doenças.



Lúcia Vânia é autora do texto aprovado